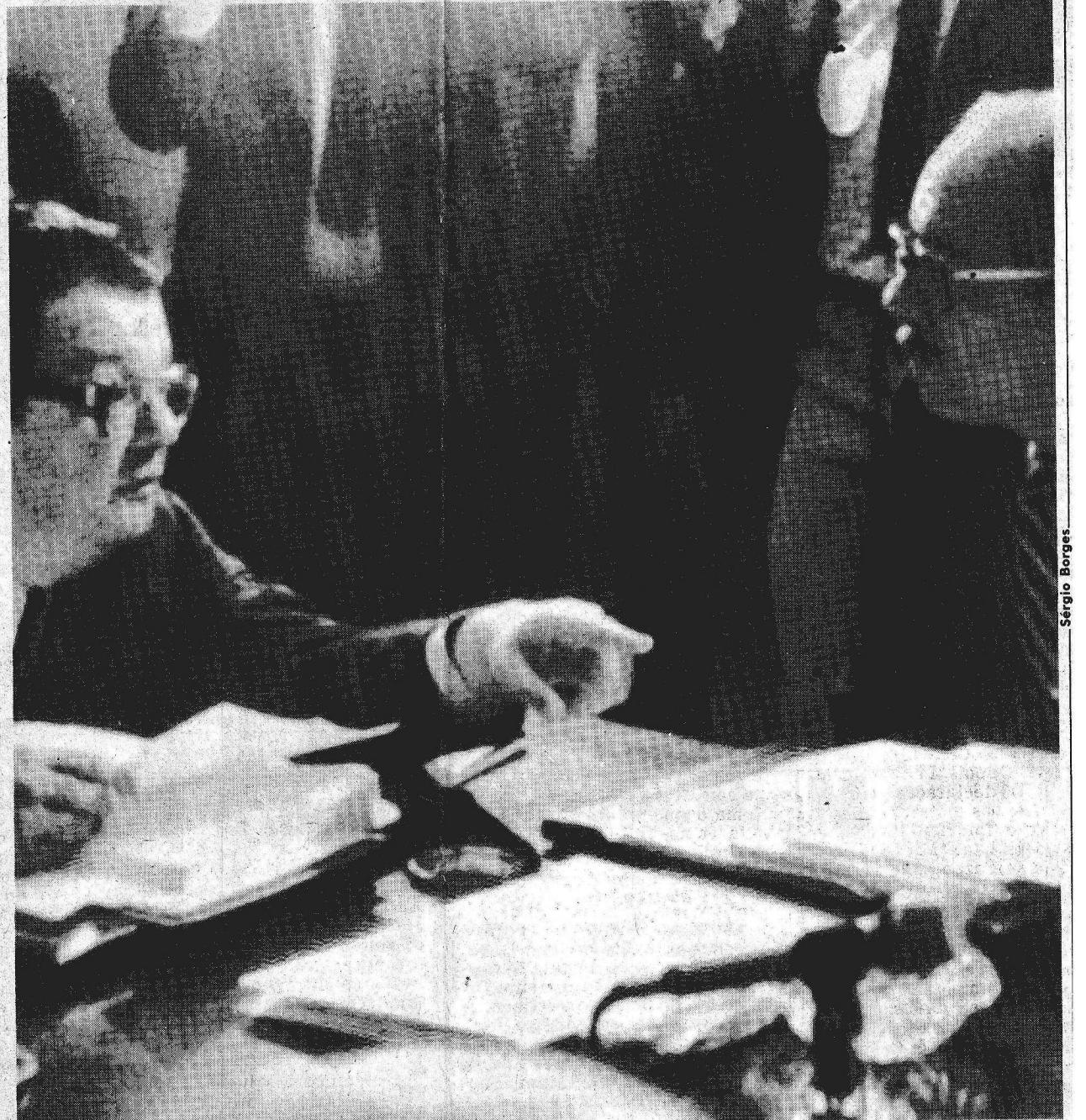


O PACOTE

Redução dos subsídios, mudanças no IR, ajuda ao Nordeste.

"Eu não sei o que vai acontecer depois desse pacote", confidenciou o presidente Figueiredo ao governador Leonel Brizola (a frase só chegou à Imprensa por indiscrição de um político gaúcho, que também estava no encontro antenôtem no Rio). Decididamente, essa dúvida não é só um sentimento presidencial: ontem, logo depois de anunciadas oficialmente as medidas destinadas a reduzir o déficit público e a ordenar a vida nacional, empresários, políticos, economistas e até figuras do governo se perguntavam: a inflação vai cair? Virão decisões complementares? Afinal, não houve expurgo no INPC e/ou na correção monetária (a chamada desindexação), fato que irritou profundamente o ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, levando-o a um protesto enérgico na reunião do Conselho Monetário. "A decisão de desindexar deve ser tomada pela sociedade, mediante um processo de negociação política", retrucaria depois o ministro da Fazenda, Ernane Galvães; no mesmo tom, o ministro do Planejamento Delfim Neto afirmara, poucas horas antes, que o governo, para evitar qualquer perturbação no processo político, caminha para reduzir a inflação de forma paulatina e segura. Aparentemente, o pacote não está totalmente desembrulado: pelo menos, falta ainda o orçamento das estatais, que deve ser divulgado na segunda-feira. As principais decisões (redução dos subsídios, mudança na legislação do IR e ajuda ao Nordeste) já têm uma consequência comprovada: o governo federal vai arrecadar 500 bilhões de cruzeiros. — Veja nesta e nas seis páginas seguintes.



Sérgio Borges

“Não há nada de especial com o Brasil; nós somos um caso extremamente comum de inflação produzida por déficit público.”

Delfim Neto, ministro do Planejamento.

“Para reduzir o déficit público, é necessária a participação ativa do presidente da República, que da mesma forma que comandou a abertura política, deve comandar a economia.”

Edy Luiz Kogut, economista da FGV.

“Os políticos precisam entender que, sem o expurgo em determinados índices, o pacote não irá resolver o problema da inflação; agora, tudo depende de uma decisão política.”

Luís Eulálio Vidigal, presidente da Fiesp.

“Só complementado com outras medidas, o pacote aprovado ontem conseguirá quebrar o ciclo da inflação.”

José Carlos Moraes Abreu, membro do CMN.

“O governo, em vez de cortar os seus déficits, preferiu promover uma maior arrecadação.”

Fernando Resende, presidente da Bolsa de Minas, E. Santo e Brasília.